

Academia das Ciências de Lisboa: estudo orgânico-funcional e proposta de classificação (1779-1978)

Lisbon Academy of Sciences: organic-functional study and proposal for classification (1779-1978)

JOANA GOMES SOARES

Mestranda na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

Bolseira de Investigação na Academia das Ciências de Lisboa

joana.gsoares00@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4545-4033>

MARIA BEATRIZ MERÊNCIO

Mestranda na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

Bolseira de Investigação na Academia das Ciências de Lisboa

mbeatrizmerencio@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5297-311X>

RESUMO

O Fundo da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) reflete a estrutura orgânica e o contexto de produção informacional da instituição desde a sua fundação, em 1779, constituindo-se como fonte de excelência para o seu conhecimento e estudo da sua importância cultural. A documentação nele conservada reflete, portanto, a atividade de divulgação e educação científico-cultural desenvolvida nos últimos séculos em Portugal e na Europa pela ACL, enquanto espaço de difusão e *adiantamento* do conhecimento.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta as várias etapas do projeto de organização e tratamento arquivístico do Fundo da ACL (1779-1978), tendo por base dois eixos, entre os quais se estabelece uma correlação intrínseca: o estudo

da história institucional, fundamental para a compreensão das sinergias geradas entre produtores de informação e a própria documentação, em paralelo com o seu contexto de criação e propósito fundacional; e a prática de classificação numa perspetiva orgânico-funcional, de modo a sistematizar hierarquicamente as secções e séries documentais, respeitando a estrutura interna da Academia. Principiando com uma revisão da literatura produzida em torno da classificação orgânico-funcional, revisitar-se-á a breve trecho as práticas de arquivamento contemporâneas de centros de promoção de ciência, para, de seguida, contextualizar historicamente a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, e respetiva evolução estatutária. Após uma aproximação das práticas de arquivamento pretéritas conduzidas na instituição, avançar-se-á para a análise orgânico-funcional e respetiva fundamentação normativa que suportam a proposta de classificação.

PALAVRAS-CHAVE: Academia das Ciências de Lisboa; Arquivística; Classificação; Estudo orgânico-funcional.

ABSTRACT

The Fonds of Academia das Ciências de Lisboa (ACL) reflects the organic structure and context of the institution's information production since its foundation in 1779, constituting itself as a source of excellence for knowledge and study of its cultural importance. The documentation preserved therefore reflects the scientific and cultural dissemination and education activities carried out over the last few centuries in Portugal and Europe by ACL, as a scientific center for the *advancement* of knowledge. This article presents the various stages of the project of organization and archival treatment of the ACL Fonds (1779-1978), based on two principles, between which an intrinsic correlation is established: the study of its institutional history, fundamental for understanding the synergies generated between information producers and the documentation itself, regarding its context of creation and founding purpose; and the practice of classification from an organic-functional perspective, to hierarchically systematize the record groups, respecting ACL's internal structure.

Starting with the literature review on organic-functional classification, we will briefly revisit the contemporary archiving practices of science promotion centers, and then contextualize the foundation of the ACL and its statutory evolution. After an overview of the institution's past archiving practices, we will move on to the organic-functional analysis and respective normative grounds that support the classification proposal.

KEYWORDS: Academia das Ciências de Lisboa; Archivistics; Classification; Functional organizational study.

1. Introdução

Espaço de reprodução do pensamento e da educação científica, a Academia das Ciências de Lisboa (ACL) assumiu-se desde a sua fundação, em 1779, como um agente de autoridade intelectual. As suas linhas programáticas foram sofrendo sucessivas reformulações, motivadas quer por desenvolvimentos históricos conjunturais, quer pelas adaptações estatutárias inerentes ao funcionamento de uma organização da sua natureza. Ainda assim, tais alterações não devem ser analisadas unilateralmente, na medida em que apresentam pretensões de disputa pelo monopólio da autoridade científica e da acumulação do seu capital simbólico. Segundo Pierre Bourdieu (1997, pp. 12-33), este último conceito pode ajudar a definir as regras da produção e distribuição do conhecimento quando articuladas com o poder institucional, relação de convergência ideológica que a Academia, produto do Antigo Regime, procurou desde sempre explorar, assumindo-se como espaço de difusão e *adiantamento* do pensamento ilustrado, ou seja, do capital científico e intelectual.

Por sua vez, o Fundo da ACL chegou até aos dias de hoje na forma de conjunto documental acumulado e desconexo, anulando-se, por conseguinte, o seu potencial enquanto fonte por excelência para o conhecimento e estudo da sua importância cultural, bem como do seu funcionamento orgânico. Perdida a ordem original da documentação, a organização estabelecida pela entidade produtora e, em grande medida, a relação entre os próprios documentos, a investigação conduzida corresponde a um esforço no sentido de devolver a organicidade ao arquivo.

O presente estudo, realizado no âmbito do Projeto de Estágio da Pós-Graduação em Arquivística Histórica, que decorreu entre março e junho de 2022 (280h), tem como objetivos proceder à reconstituição orgânico-funcional da Academia das Ciências de Lisboa e elaborar uma proposta de classificação apoiada no estudo da formação e evolução das suas estruturas orgânicas e funcionais, a partir dos quais se torna possível caracterizar a entidade e o contexto de produção da informação, conferindo-lhe inteligibilidade.

Definida a metodologia, avançou-se com uma breve análise da literatura produzida em torno da classificação sob uma perspetiva orgânico-funcional, seguida de uma contextualização histórica que enquadra o sistema de informação no tempo e espaço. Tendo em vista a identificação sistemática dos órgãos e as suas competências, de forma a compreender os fluxos informacionais, procedeu-se à análise dos documentos normativos que fundamentam a aplicação do estudo, o qual se encontra desenvolvido no último ponto, acompanhado de uma proposta de quadro classificação.

2. Metodologia

Fundamentada a pertinência e utilidade do estudo, entende-se prioritário definir o paradigma e os dispositivos metodológicos que norteiam a investigação.

Assumindo a reconstrução da estrutura orgânico-funcional da ACL como etapa necessária para a resolução de um problema prático da instituição, isto é, a ausência de uma lógica de organização e classificação arquivística refletida num quadro de classificação capaz de garantir uma representação adequada da realidade informacional, o presente estudo desenha-se com base no paradigma pragmático. Com origens na filosofia oitocentista do *pragmatismo*, este paradigma de investigação assume como prioritário a resolução do problema, deixando ao sujeito cognoscente a liberdade de definir o seu caminho metodológico (Kaushik & Walsh, 2019, p. 8).

Privilegiando uma abordagem qualitativa, o estudo suporta-se no método do estudo orgânico-funcional e da investigação documental, seguindo uma abordagem sistémica, à luz da Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy. Neste quadro teórico e conceptual, o arquivo entende-se como um sistema de informação que privilegia uma visão holística, global e integral dos fenómenos, numa articulação das partes em relação ao todo, e orientado para uma finalidade específica (Bertalanffy, 1968, pp. 36-38 e p. 123). Sendo um organismo social, este sistema estabelece interações com o seu ambiente externo, ao qual influi e por ele é influenciado, assumindo-se, por isso, de natureza aberta (Chiavenato, 2004, p. 474).

2.1. Notas sobre a intervenção no Fundo da Academia das Ciências de Lisboa

Principiando o Projeto de Estágio em março de 2022, a documentação de arquivo da Academia das Ciências de Lisboa encontrava-se parcialmente disposta de forma cronológica, identificando-se a mistura de proveniências distintas, sem qualquer método de identificação ou instalação. Perdida a ordem original dos documentos, a organização estabelecida pela entidade produtora e, em grande medida, a relação entre os próprios, só uma análise orgânico-funcional dos serviços produtores de informação permitiria conceptualizar um plano de classificação adequado à documentação.

Antes de mais, considerou-se relevante definir o intervalo temporal do Fundo da ACL, pelo que se seguiu a lógica da evolução estatutária, fixando-se a reforma de 1978 como limite cronológico, tendo em conta a própria longevidade da Academia.

A primeira abordagem prosseguiu com o mapeamento do espaço do arquivo, o que, posteriormente, possibilitou o levantamento de datas extremas da documentação. Ainda que se encontrasse, parcialmente, (des)ordenada por ordem cronológica, a verdade é que as diferentes pilhas de documentos continham datações distintas. O trabalho ao nível do item, isto é, do documento, revelou-se necessário para a identificação sistemática do órgão produtor e da tipologia documental, contribuindo para a sistematização hierárquica dos níveis de classificação. Em simultâneo, as tarefas de organização física e conservação preventiva asseguraram a remoção manual de elementos metálicos e plásticos da documentação, ficando a mesma acondicionada em caixas de cartão *acid free*. Compostas e estabilizadas as secções do quadro de classificação proposto, foi necessário avançar-se com a sua fundamentação, recorrendo-se aos *Estatutos* da ACL. Assim, ao nível de cada secção identificada atribuiu-se um contexto histórico e normativo dos órgãos produtores de informação, o que possibilitou traçar os percursos da documentação dentro da instituição, procurando-se ainda a sistematização cronológica e onomástica dos cargos académicos, produtores de informação.

Fundamentado o quadro de classificação, o trabalho no serviço do Arquivo continuou a avançar, de forma sistemática, na classificação da documentação, a par do seu reacondicionamento. Adquirido e implementado o *software* Archeevo, deu-se início à fase de descrição documental, tendo como referência as ODA, ISAD(G) e a ISAAR(CPF), através de uma descrição arquivística multinível, obedecendo à relação hierárquica e à ligação entre descrições, sem repetição de informação¹. Com recurso a uma Folha de Recolha de Dados (FRD), elaborada para o efeito, a etapa da descrição seguiu, num primeiro momento, uma abordagem macro-funcional, focando-se ao nível das secções, subsecções e séries, para, de seguida, passar para a descrição dos documentos simples e compostos.

3. Aproximação à classificação arquivística sob uma perspectiva orgânico-funcional: breve revisão de literatura

As últimas duas décadas têm testemunhado uma forte renovação da produção científica a respeito da classificação arquivística como objeto de estudo *per se*, e não somente enquanto meio para a representação da infor-

¹ Cf. DIREÇÃO-GERAL DOS ARQUIVOS, 2011; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002; *idem*, 2004.

mação. Assim, os contributos da Ciência da Informação e da Arquivística gravitam em torno do contexto de produção documental, no sentido de nele procurar evidenciar a evolução da orgânica institucional e respetivas componentes funcionais-administrativas.

O estudo da história institucional encontra-se diretamente associado aos princípios teóricos do respeito pela proveniência e da ordem original, assumindo que os documentos devem manter a classificação e organização que a própria instituição lhes conferiu no momento da sua criação, e, portanto, refletir a sua organização interna administrativa, tal como proposto por Flórez Porras. A documentação tem, por conseguinte, origem numa função específica da entidade ou dependência que a produziu, sendo reflexo de uma cadeia de procedimentos administrativos que, quando interrompida, resulta num conjunto de documentação acumulada. É, neste sentido, que a história institucional representa um instrumento de grande utilidade no processo de organização do arquivo, revelando-se fulcral para a compreensão e contextualização das relações entre os próprios documentos, com o intuito de se reconstituir a sua ordem original (Flórez Porras, 2011, pp. 43-46).

De facto, é amplamente reconhecido pela comunidade académica que “é fundamental conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora de informação para a compreensão dos seus fluxos informacionais” (Silva et al., 2019, p. 343). Não se trata somente de conceber os reflexos da organização e da execução das atividades da entidade no documento em si, o que entendemos ser o objeto de uma história administrativa, mas, como afirma Troitino, de procurar uma compreensão mais alargada da instituição em estudo ao longo do tempo (2018, pp. 165-166).

Assim, no escopo da reconstrução da evolução orgânico-funcional de determinada entidade, deve avançar-se para uma análise evolutiva dos órgãos que a compõem e das funções e atividades respetivas — isto é, a estrutura interna —, observando detalhadamente cada alteração administrativa tendo por base os documentos regulamentares-normativos, estes que conferem à história institucional a sua natureza jurídica, sempre em articulação com o contexto histórico político e social. Deve, portanto, basear-se na sincronia entre a estrutura *orgânica* da instituição, a sua ordem *funcional* e respetiva *evolução*, segundo Flórez Porras. Por *estrutura*, entendemos as hierarquias que articulam cada *unidade administrativa* e modificações sucessivas, normalmente explicadas por fatores como a ampliação da instituição, supressão, fragmentação ou dispersão de funções; à *ordem funcional* corresponde-lhe o conjunto de funções regulamentadas que correspondem a cada estrutura administrativa, isto é, cargos ou órgãos produtores — secretaria-secretário, etc. —, por meio de

uma análise histórica estrutural sensível às flutuações temporais; a *evolução* de uma instituição surge, deste modo, como o principal objeto da história institucional, espelhando as diferentes estruturas administrativas que compõe a entidade no tempo longo (Flórez Porras, 2011, pp. 35-41).

Nas palavras de Silva et al., tal permite “por um lado, proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição e, por outro, à validação (ou não) da postulação teórica e prática que se propõe adotar” (2019, p. 343). Posteriormente, esta permitirá salvaguardar a autenticidade e o contexto de produção dos documentos (Meehan, 2014, p. 76), na forma de plano de classificação a aplicar ao fundo em questão, nele residindo, para Tognoli e Rodrigues, o resultado representativo da informação institucional (2018, p. 48).

Apesar do incremento na produção científica a respeito da classificação orgânico-funcional em arquivos, verifica-se um *descompasso* entre a teoria e a prática (Barros & Moraes, 2013, p. 62). Isto é, a análise (Cf. Ribeiro, 1998) dos *instrumentos de acesso* produzidos continua a revelar a primazia da técnica e “evidente tendência para privilegiar a produção de instrumentos destinados a servir os interesses da investigação, especialmente, a histórica” (Ribeiro, 2013, pp. 533-535). Se, no passado, o princípio da proveniência era adotado de forma inconsciente, ainda hoje se assiste à aplicação de critérios temáticos e/ou cronológicos na classificação documental (Flórez Porras, 2011, p. 43). Quanto a uma organização tendo por base exclusivamente o critério funcional, ainda que as funções sejam, de facto, “mais estáveis do que a estrutura orgânica”, para Fernanda Ribeiro, “não há função sem um órgão que a desempenhe e, por isso, não é possível ocultar os sectores orgânicos produtores da informação” (Ribeiro, 2005, pp. 20-21; Sabourin, 2001, pp. 138-140; Silva et al., 2019, p. 335).

Neste sentido, o método de classificação aplicado ao Fundo da ACL estabelece-se com base na sua natureza orgânica e funcional, assente num princípio de relações hierárquicas, estas que estruturam a informação arquivística (Silva et al., 1998, pp. 38-40; Ribeiro, 1998, pp. 122-123). De facto, se a classificação não for formalizada na origem de um arquivo e sendo elaborada *a posteriori*, a mesma só poderá resultar do conhecimento desse mesmo arquivo enquanto objeto de estudo, evidenciando-se uma vez mais a centralidade do estudo da história institucional (Ribeiro, 1998, pp. 124-125). Nas palavras de Ribeiro, tal significa “espelhar a estrutura e a atividade do organismo que produziu a informação”, privilegiando critérios consagrados — princípios da proveniência e da ordem original — e a descrição por níveis — arquivo, fundo, secção, série (2013, p. 532).

No cômputo geral, a classificação orgânico-funcional, aliada ao desenvolvimento do estudo da história institucional, destina-se a conferir inteligibilidade ao contexto de produção informacional, sendo, por tudo isto, a mais adequada ao Fundo da ACL.

4. *Práxis* arquivística em instituições estrangeiras congêneres

Uma análise qualitativa e comparativa das práticas de organização e tratamento arquivístico em instituições congêneres à Academia das Ciências de Lisboa evidencia as incoerências na aplicação de uma lógica conceptual que observe, em simultâneo, a orgânica e funcionalidade das suas entidades administrativas. Manifesta-se, antes, uma tendência para a aposição cruzada de modelos de classificação, que variam entre uma ordenação temática, orgânica e funcional, aleatoriedade que justifica uma apreciação individual dos três exemplos selecionados de fundos de academias e sociedades científicas.

Entre os mais antigos centros de promoção do conhecimento europeus, o arquivo histórico da homóloga *Real Academia Española* (1713) concentra ao nível do seu fundo institucional a produção informacional gerada desde a sua fundação, em observância da estrutura orgânica plasmada nos documentos normativos. As nove secções (*división de fondo*) que constituem este fundo² — *Dirección; Secretaría; Contaduría; Tesorería; Biblioteca; Censura; Órganos Rectores; Colecciones; Casa Museu Lope de veja*— tendem a seguir uma classificação orgânico-funcional, embora se identifiquem ambivalências na sua aplicação: ao nível das séries, tanto na [SR.] *Contaduría*, como na [SR.] *Tesorería*, estas surgem nomeadas pelo nome do seu produtor e datas do exercício das suas funções, desdobrando-se em subséries que identificam a tipologia documental.

Fundada em 1743 e considerada a primeira academia científica do continente norte-americano, o arquivo da *American Philosophical Society* compreende um património documental pertinente para o estudo da república federal que, décadas mais tarde, o seu fundador, Benjamin Franklin, contribuiria a edificar. O seu fundo³ contabiliza quatorze secções (*record groups*), para as quais se aplica uma amálgama classificativa. A [SC.] *Officers*, que reúne a informação gerada pelos cargos que compõem o executivo da instituição, apresenta-se como exemplo da aplicação da lógica orgânica.

² Cf. Sítio digital ARCHIVO REAL ACADEMIA ESPAÑOLA.

³ Cf. Sítio digital AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY.

Contudo, a maioria das secções seguem um prisma de classificação eminentemente temático e/ou funcional, como é o caso da [SC.] *History*, que reúne subsecções reservadas a estudos sobre a fundação e história institucional, nomeadamente a *Miscellaneous articles. Historical Sketches*. Tal ambiguidade arquivística estende-se à [SC.] *Archives*, na qual todo o género de documentação produzida pela sociedade se encontra disposta em subsecções cronologicamente ordenadas. Por último, e de acordo com o observado em instituições desta natureza, compõe-se uma secção reservada aos *Members*, para a qual se destina documentação relacionada, nomeadamente cadastros dos sócios, nomeações, autógrafos e notas de obituários.

A Academia Brasileira de Letras (1897) divide o seu arquivo em dois fundos, ou duas “linhas de acervo arquivístico”: o fundo institucional e o *arquivo* dos académicos, sendo este último comparável às coleções dos “Processos dos Académicos” da ACL. No *Guia Geral do Arquivo dos Académicos* (2003), explica-se a necessidade em conservar exclusivamente “o documento arquivisticamente relevante, o documento capaz de recontextualizar a vida privada e pessoal” (p. 5), recebido e produzido organicamente pelo académico. Deste resolveu-se extrair toda a documentação acumulada artificialmente pela instituição ou terceiros, decisão tomada com o objectivo de preservar os *fundos arquivísticos* dos académicos e respetivas coleções documentais (factícias), sob a denominação de *arquivo*, por ordem alfabética.

Tais propostas de organização arquivística colocam em evidência os resultados desviantes de uma intercessão simultânea de critérios conceptuais de classificação e representação da informação. Numa tentativa de incluir toda a documentação custodiada, os instrumentos de classificação produzidos não encontram conformidade nas normas utilizadas e assumem, na sua generalidade, a ausência dos produtores orgânicos da informação, impossibilitando uma representação rigorosa da informação (Ribeiro, 2005, p. 20).

5. O surgimento da Academia das Ciências de Lisboa à imitação de todas as nações cultas

O século XVIII significou a renovação do pensamento científico, filosófico e iluminista através de academias e sociedades, simultaneamente espaços de organização e institucionalização da ciência e centros de legitimação socio-cultural das classes média e alta. De e para a elite, sustentavam-se no patrocínio régio e respetiva concessão de privilégios, conferindo-lhes autonomia jurídico-financeira enquanto corporações de consultoria das suas entidades

promotoras, daí resultando comissões de estudo e assembleias periódicas para a discussão de trabalhos e respetivos resultados (Silva, 2013, pp. 1-3).

Instituída com beneplácito régio de D. Maria I (r. 1777-1815), expresso em aviso datado de 24 de dezembro de 1779, a Academia das Ciências de Lisboa representa no plano nacional as Luzes em primeira mão, “à imitação de todas as nações cultas” (1780, p. 1), e no seguimento das experiências precursoras da Academia Real de História Portuguesa (1720-1776) e da reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772). Dos seus grandes impulsionadores destacam-se D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões (1719-1806) e 1º Presidente da ACL; Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, 6º Visconde de Barbacena (1754-1830) e seu 1º Secretário; Abade José Correia da Serra (1750-1823), seu 1º Vice-Secretário; bem como Domingos Vandelli (1730-1816), 1º Presidente da Classe de Ciências.

Promotora de concursos e prémios com vista a fomentar o desenvolvimento científico e a solucionar questões de física, química, agricultura e indústria, apostou também nos domínios das Letras, nomeadamente através do aprofundamento e enriquecimento do léxico da língua portuguesa, resultando na publicação do primeiro tomo do *Diccionario da lingua portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* logo em 1793, e do levantamento sistemático e inventariação de documentação inédita presente nos cartórios do reino (Cardoso, 2013, p. 1).

Note-se, por fim, a itinerância sucessiva que pautou a história da ACL desde a sua fundação até 1834, data em que se fixou no antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, tendo ocupado sete locais distintos: desde o Real Palácio de Nossa Senhora das Necessidades (1779-1791); Palácio dos Senhores de Alconchel, na Rua do Poço dos Negros (1792-1796); Palácio dos Condes de Castro Marim, na Calçada do Combro (1797-1799); Palácio dos Sobrais (1800-1822); Colégio dos Monges Beneditinos à Estrela (1823-1831); ao Palácio do Conde de Lumiares (1832-1833). Concomitantemente, a Academia partilhou as instalações do antigo Convento com outras entidades, como o Curso Superior de Letras, entre 1859 e 1958, e a Comissão Geológica, desde 1859, hoje Museu Geológico.

5.1. Evolução estatutária (1780-1978)

A fundação da Academia das Ciências de Lisboa assentou, portanto, na concretização do *Plano de Estatutos* de 1780. Por se tratar de um *plano* pressupunha um *caráter de provisoriedade* (Silva, 2013, pp. 5-6; Cf. Academia

das Ciência de Lisboa, 1780), colocando a hipótese de se acrescerem posteriormente novas cláusulas a respeito do seu funcionamento e organização:

A Academia irá completando os seus Estatutos por meio da experiência, e conforme a occurrencia dos casos, fará assentos, os quaes juntamente com este Plano servirão para o governo da Academia, até que depois de huma prudente experiência possa esta formar Estatutos completos (...).

Academia das Ciências de Lisboa, 1780, p. 14

Por conseguinte, o estudo aprofundado da evolução estatutária da ACL permite constatar sucessivas alterações à orgânica institucional inicial, seguindo-se prontamente ao aviso régio de 1779 de forma indefinida e em jeito de *entropia estatutária* (Silva, 2013, pp. 6-7). Foi, então, que, em assembleia de efetivos, a 13 de março de 1812, se reconheceu a necessidade de compilar uma *Colecção Sistemática das Leis e estatutos* (Cf. Morato, 1822), executada por Francisco Trigo Morato (1777-1838) ao longo da década seguinte. Porém, tal coletânea não representa um corpo oficial de novos estatutos, nem uma reforma dos publicados em 1780, que chega apenas em 1834, justificada pela inoperância e imobilismo instalados. Nesta surge claramente identificada uma preocupação quanto à produtividade da própria Academia, pretendendo-se que os seus membros se mantivessem ativos dentro das respetivas classes. Ainda assim, foram necessários apenas seis anos até que se aprovasse um novo conjunto de *Estatutos* (1840) de acordo com o espírito liberalizante do Setembrismo, apenas em vigor até 1851, data em que se procedeu a uma nova revisão estatutária. De facto, foi esta última que ditou o governo da Academia durante o maior período de tempo, sem modificações de maior destaque a assinalar. Foi a partir dos *Estatutos* de 1851 que se convergiram as duas classes de ciências até então existentes, dando lugar às *Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Esta alteração ficaria na génese da organização da instituição até à centúria seguinte, salvo inclusão de novas secções de estudo, tanto em Ciências como em Letras, estimulando uma crescente especificidade nas atividades dos seus académicos. No cômputo geral, podemos afirmar que foi a sua ação “institucional e programática” que permitiu à Academia suplantar a primeira metade do século XIX português, no seu ímpeto de convergência e moderação social, política e cultural (Silva, 2019, p. 22).

A entrada no século XX, cedo imergido em novas ambições republicanas e logo escamoteado pelo golpe militar de 1926 que operou como antecâmara do Estado Novo, constituiu para a Academia das Ciências de Lisboa um

momento de provação, chegando uma nova reforma dos *Estatutos* apenas em 1918. Se ainda durante o período republicano se formavam organizações científicas análogas, como a Academia das Ciências de Portugal (1907-1925), dirigida por Teófilo de Braga (1843-1924), e que se propunha como alternativa à produção intelectual da ACL; durante os 46 anos de ditadura, esta não ficaria isenta à institucionalização de um discurso historiográfico ideológico, com ações esporádicas de revisão normativa — como em 1945 e 1961 —, num quadro de apatia face ao ensino científico, vendo ainda o seu espaço de atuação disputado pela Academia Portuguesa da História (1936).

Consolidado o estado de direito democrático a partir de 1974, os *Estatutos* da instituição foram enfim reformados em 1978, promovendo a Academia das Ciências de Lisboa como uma “instituição científica de utilidade pública” e órgão consultivo do Governo em matéria linguística, afirmando em pleno a sua personalidade jurídica e autonomia administrativa (Decreto-lei nº 5/78, 1978). Ao longo das décadas subsequentes, a revisão dos estatutos foi sendo assegurada periodicamente e, em 1995, a Academia é colocada sob a tutela do atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de acordo com a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional. O novo corpo regulamentar, vigente desde 2022, compõe as linhas orientadoras para o seu funcionamento, completando o horizonte estatutário da instituição.

O estudo das leis orgânicas da ACL que têm vindo a enquadrar juridicamente o seu funcionamento e respetivas alterações permitem substanciar um esforço de adaptação ao contexto nacional vigente, em prol da sua missão de fomento e divulgação do conhecimento. Os *Estatutos* apresentaram-se, por isso, como soluções transitórias para os desafios de momento, institucionalmente sólidas e orientadoras de um programa de atividades e estímulo científico autêntico, englobando a difusão nacional e internacional dos mais variados campos do saber.

6. Práticas de arquivamento pretéritas na Academia das Ciências de Lisboa

Entre 1834 e 1918, os *Estatutos* da ACL referem a existência de um “Archivo da Secretaria”⁴ não se dispondo de qualquer regulamento ou

⁴ Academia das Ciências de Lisboa, *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa: Aprovados por sua Magestade Fidelíssima em 15 de Outubro de 1834*, p. 17; id., *Estatutos da Academia das Sciencias de Lisboa*, p. 24.

instrumentos de descrição e gestão documental que permitam a sua caracterização. A itinerância que marcou a própria Academia refletiu-se, naturalmente, nas condições de acondicionamento e salvaguarda do seu arquivo. Sem nunca deter um espaço próprio, o património documental permaneceu simultaneamente fragmentado e disperso dentro das instalações, entre a cave, corredores e sótão. De facto, o arquivo da instituição conservou-se em grande medida entorpecido, conhecendo-se apenas tentativas vagas de constituição de “processos”⁵ com base em descrições sumárias referentes a um total de 1580 documentos.

O século XXI inaugurou uma relação de maior proximidade da instituição com a sua história e, por conseguinte, com o seu arquivo. Assim, entre 2009 e 2021, temos conhecimento de três tentativas de organização e classificação do Fundo da ACL, que nos permitem reconstituir as práticas de arquivamento pretéritas.

Numa primeira fase, reunido o então denominado “Arquivo Histórico, Científico e Académico”, o Fundo da ACL foi submetido a trabalhos de higienização, conservação e restauro, tendo em vista a sua classificação, no que podemos considerar uma amálgama entre o critério funcional e o temático, sem uma aplicação concisa dos princípios de descrição multinível⁶; prevendo-se a sua digitalização e informatização com recurso ao *software* DIGITARQ. Sem continuidade, deste projeto resultou a catalogação na PORBASE dos “Livros de Secretaria” (séries A e B)⁷, isto é, da documentação de arquivo que se encontrava à guarda do serviço da Biblioteca. O Fundo seria novamente intervencionado, desta feita segundo um critério meramente cronológico. Anulando a lógica anterior, o propósito seria encadernar os documentos em forma de livros, correspondentes a cada ano, em jeito de *corpo cronológico*, sem ter em conta critérios arquivísticos e agregando proveniências distintas. Este projeto foi interrompido e o Fundo da ACL

⁵ Estimamos que estes tenham sido constituídos em meados do séc. XX.

⁶ Segue um exemplo do “plano de classificação” elaborado à data:

“Nível 1: Documentação e informação de arquivo

Nível 2: Gestão de documentos de arquivo

Nível 3: Requisições de documentos ao arquivo;

Registos de correspondência;

Incorporação de documentação”.

⁷ Os “Livros de Secretaria” reúnem livros compósitos e compilam manuscritos avulsos, sem distinção de órgãos produtores e tipologias documentais, seguindo sobretudo uma lógica temática/aleatória na relação entre os mesmos. Relativamente à série A, a documentação corresponde a receitas e despesas dos estabelecimentos da ACL; quanto à série B, inclui Livros de Atas, correspondência dos sócios, registo de diplomas, correspondência oficial, receitas e despesas, etc.

via-se dissipado de qualquer organicidade, na ausência de um plano de organização, identificação e instalação. A última fase, compreendida entre 2018 e 2021, corresponde ao esforço de recuperação da informação com base na primeira tentativa de classificação acima referida e, sobretudo, de reconstituição dos “Processos dos Académicos”.

Das práticas conduzidas na última década, é visível a alienação tanto da estrutura orgânico-funcional, como da descrição multinível entre secções (órgãos produtores) e séries (tipologias documentais). Neste sentido, e sem se prever qualquer alteração para os conjuntos documentais já trabalhados e referentes aos “Livros de Secretaria” e “Processos dos Académicos”, decidiu-se, no decorrer desta intervenção, a sua integração enquanto séries documentais do Fundo ACL. Finalmente, constam ainda no Arquivo da ACL outros fundos relativos a legados pessoais com documentação de arquivo, que permanecem por tratar.

7. Estudo orgânico-funcional (1780-1978)

O Fundo da Academia das Ciências de Lisboa reflete a estrutura orgânica e o contexto de produção informacional da instituição desde a sua fundação, constituindo-se como fonte de excelência para o seu conhecimento e estudo da sua ação e importância cultural. A aplicação do estudo da história institucional, fundamental para a compreensão das sinergias geradas entre produtores e a própria documentação, bem como a análise orgânico-funcional, são dois eixos complementares que auxiliam a estruturar uma proposta de classificação, respeitando os fluxos informacionais.

7.1. Fundamentação normativa do quadro de classificação

Os mais de dois séculos que encerram a história da ACL implicam, naturalmente, flutuações ao nível da sua organicidade, pautáveis nas várias reformas estatutárias — 1780, 1834, 1840, 1851, 1918, 1978 —, e outros regulamentos/modificações — 1852, 1868, 1872, 1945 e 1961. A partir da sua análise, procurámos caracterizar cada órgão produtor nas suas funções, apresentando as respetivas séries documentais produzidas no contexto da sua atividade, explanadas na proposta de quadro de classificação.

O Conselho Administrativo, regulamentado oficialmente em 1834, era responsável pelo *governo económico e literário* da Academia, sendo composto permanentemente pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-

-Secretário e Tesoureiro, aos quais se juntavam membros das classes, em variabilidade numérica ao longo dos anos⁸. No que respeita à administração financeira da ACL, competia-lhe a gestão semestral das contas do Tesoureiro e do Guarda-Mor, assinadas pelo Secretário e pelo Vice-Presidente; redação de apreciações nos Livros de Contas; elaboração de um plano orçamental anual para despesas ordinárias e extraordinárias, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário; examinar e aprovar as contas com os Livreiros, previamente ajustadas com o Secretário; abrir para cada Classe uma conta; autorizar despesas necessárias à conservação e integridade do edifício e outros prédios da Academia; disponibilizar para consulta contas e livros na secretaria; processar as despesas da Tipografia semanalmente na secretaria; realizar a conferência mensal e anual das contas. Para o *governo literário*, cumpria-se o exame e aprovação das *Memórias* apresentadas nas Assembleias Públicas; decidir a respeito dos processos de Censura propostos pelos Presidentes de Classe; assegurar a existência de um Livro de Atas, rubricado pelo Vice-Presidente, contendo registo das reuniões e decisões formalizadas; convocar Assembleias Gerais, mormente no início de cada semestre, de modo a averiguar as ocorrências no antecedente, apresentando as Contas e o Livro de Atas das Sessões; reunir as Classes; decidir os programas a ser objeto de prémio apresentados pelas Presidentes de Classe; nomear e despedir funcionários; fazer um inventário e catálogo dos objetos existentes na Academia⁹.

Cargo máximo na ACL, o Presidente deveria calendarizar, assistir e participar nas assembleias; regular os trabalhos das classes e do Conselho Administrativo; assinar as despesas extraordinárias emanadas pelo Conselho Administrativo. Apesar do *Plano de Estatutos* (1780) conferir-lhe uma periodicidade anual e a nomeação pelos sócios efetivos e honorários, o 1º Presidente, Duque de Lafões, acabaria por presidir até 1806. A partir dos *Estatutos* de 1834 o cargo passa a ser vitalício e o seu titular deveria pertencer à Família Real, passando a ser nomeado pelo monarca vigente. No período republicano, retoma-se uma nomeação anual, entre os presidentes das classes¹⁰.

⁸ Academia das Ciências de Lisboa, 1834, pp. 14-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, pp. 13-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 7-8, 18-20; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 25-27; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

⁹ Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, 1834, pp. 14-17; *id.*, *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1840, pp. 13-17; *id.*, *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1852, pp. 7-8, 18-20; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 25-27; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, 1978, p. 80.

¹⁰ Academia das Ciências de Lisboa, 1780, pp. 9-10; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 10; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 8; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 7, 15; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

Como resultado da sua atividade, enquanto produtor e recetor de informação, consta nesta subsecção documentação variada, nomeadamente, alvarás, ofícios e regulamentos. Após o falecimento do Duque de Lafões, em 1806, a direção da ACL ficava destinada a príncipes de sangue. Desde então, verificou-se a eleição de Vice-Presidentes, responsáveis pela presidência interina da Academia, cargo regulamentado pela primeira vez nos *Estatutos* de 1834¹¹.

O Secretário assumia na organização académica uma posição de destaque na condução dos trabalhos administrativos e quotidianos da instituição, desde a correspondência e trabalho de expediente da Academia, à autenticação dos documentos oficiais nela produzidos, sendo ainda o porta-voz do Conselho Administrativo e responsável pelo arquivo da secretaria¹². As suas funções incluíam ainda a redação de inventários dos objetos pertencentes aos estabelecimentos e dos ajustes de contas com os livreiros que recebiam as publicações da Tipografia; o acompanhamento dos processos de censura propostos às *Memórias*; a redação das atas das sessões; a publicação no *Diário do Governo* de concursos para lugares de sócios; a autenticação dos extratos dos registos, relatórios e outros atos; e, por fim, a direção da publicação do *Anuário da Academia*¹³. Apesar de regulamentado por alvará régio de 1791, e mantendo-se nos *Estatutos* subsequentes, as funções desempenhadas pelo Guarda-Mor são incorporadas no cargo do Secretário a partir de 1851¹⁴. Por seu turno, o Vice-Secretário estava encarregue de auxiliar e substituir o Secretário quando necessário.

Responsável pelas receitas e despesas do cofre da Academia, ao cargo de Tesoureiro, previsto nos *Estatutos* desde 1780, cabia-lhe toda a gestão económica e financeira da instituição¹⁵.

À parte dos órgãos produtores pertencentes ao Conselho Administrativo, estavam também regulamentados momentos institucionais para reunião de sócios, leitura de *Memórias*, atribuição de prémios e discussão de assuntos

¹¹ Forjas, 1958, p. 3; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

¹² Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 11; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, pp. 9-10; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, pp. 8, 15-17; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 10, 23-24; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

¹³ Academia das Ciências de Lisboa, 1834, *op. cit.*, p. 11; *id.*, *op. cit.*, 1840, pp. 9-10; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 8, 15-17; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 10, 23-24; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 80.

¹⁴ Academia das Ciências de Lisboa, 1834, pp. 11-12; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 11.

¹⁵ Academia das Ciências de Lisboa, 1780, p. 9; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 11; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 10; Academia das Ciências de Lisboa, 1851, p. 16; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

vários relacionados com a Academia. Acompanhando a evolução estatutária da ACL, as assembleias foram sofrendo alterações tanto na sua periodicidade quanto na composição, fixadas em 1851: as Assembleias Gerais, as Assembleias Literárias, as Assembleias das Classes, as Assembleias Solenes e outras Conferências¹⁶. As Assembleias Gerais, hoje Plenário da Academia, destinavam-se à comunicação dos estudos desenvolvidos, distribuição de prémios, publicação das listas dos sócios e membros das classes, e do programa para futuros prémios e concursos. Tratavam também questões relacionadas com o plano orçamental, a fixação de vencimentos dos funcionários e as contas da gerência do Conselho Administrativo, nomeando uma comissão para o efeito; além da nomeação do Vice-Presidente, Vice-Secretário e Tesoureiro¹⁷. As Assembleias Literárias, destinadas à leitura de *Memórias*, ficavam registadas em livros de atas, rubricados pelo Vice-Presidente e assinados pelos sócios presentes. A partir dos *Estatutos* de 1834, passa a ser permitida a assistência à sessão mediante apresentação de um bilhete do Secretário¹⁸. Os estatutos de 1834 e 1840 já abriam a possibilidade para, quando necessário, previsto pelo Conselho, ou solicitado ao Presidente de Classe, a sua reunião. Contudo, só em 1851 é que surgem oficialmente regulamentadas as Assembleias das Classes, nas quais se previa a discussão da respetiva produção científica e a nomeação de novos sócios¹⁹. As Assembleias Solenes, regulamentadas a partir de 1851, reuniam por convite todos os sócios da Academia. Com os *Estatutos* de 1918, estas passam a ter uma periodicidade anual, a realizarem-se no mês de abril, à qual assistiam os altos poderes do Estado, mediante convite. Nestas previa-se a publicação dos programas das questões abertas a concurso para atribuição de prémio que cada classe julgar conveniente, bem como a coroação das *Memórias* findo o concurso²⁰.

Compondo a organização científica da ACL, as classes constituíam-se também como órgãos produtores e recetores de informação, juntamente com os Presidentes, Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários de cada

¹⁶ Academia das Ciências de Lisboa, 1852, p. 14; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, pp. 21, 31.

¹⁷ Academia das Ciências de Lisboa, 1780, *op. cit.*, pp. 12-13; *id.*, *op. cit.*, 1834, p. 19; *id.*, *op. cit.*, 1840, pp. 19-20; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 13-14; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 20-21; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 79.

¹⁸ Academia das Ciências de Lisboa, 1780, *op. cit.*, p. 13; *id.*, *op. cit.*, 1834, p. 21; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 19; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 21.

¹⁹ *Id.*, *op. cit.*, 1834, p. 21; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 20; *id.*, *op. cit.*, 1852, pp. 20-21; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 22-23.

²⁰ *Id.*, *op. cit.*, 1852, p. 14; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 21, 31.

classe. Até se estabilizarem com os *Estatutos* de 1851, ambas as classes de Ciências e Letras sofreram mutações várias na sua organização. A partir de então, a Classe de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, posteriormente designada *Classe de Ciências*, veio substituir as classes de Ciências Naturais (ou de Observação) e Ciências Exatas (ou Ciências de Cálculo); já a Classe de Ciências Morais, Políticas, e Belas-Letras, posteriormente designada *Classe de Letras*, veio substituir as classes de Belas-Letras e de Ciências Morais e Belas Artes. Em 1851 recuperou-se também a lógica de organização das classes por secções previstas nos primeiros estatutos: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Histórico-Naturais e Ciências Médicas; e Literatura, Ciências Morais e Jurisprudência (ou Jurídicas e Políticas, conforme os estatutos de 1918), Ciências Económicas e Administrativas e História e Arqueologia (ou Ciências Históricas e Filosóficas, conforme os estatutos de 1918)²¹. Aos Presidentes de Classe, cabia-lhes a correspondência interna com a Academia; regulamentação do plano de trabalhos da mesma; supervisionar os processos de censura às *Memórias*; e rubricar os Livros de Contas do Tesoureiro e do Guarda-Mor²².

A Tipografia foi regulamentada por alvará régio de 22 de março de 1781, data em que D. Maria I concede à ACL privilégios para impressão, num período de dez anos. Este serviço passa a ser dirigido desde 1791 pelo Guarda-Mor, coexistindo na direção com o Administrador da Tipografia, cargo apenas regulamentado em decreto de 13 de dezembro de 1851, sendo este o principal recetor e produtor de informação (1888, [1-2]).

Ainda que os *Estatutos* de 1834 previssem a elaboração de um regulamento particular da Biblioteca da ACL, e que em 1851 se determinasse que este ficaria a cargo da Classe de Letras, temos apenas conhecimento do mesmo volvidos nove anos. A partir dos *Estatutos* de 1918 surge, então, regulamentado o Inspetor da Biblioteca, enquanto cargo académico²³.

Inicialmente a cargo do Guarda-Mor, o Museu da ACL passa a dispor de um regulamento próprio a partir de 1839, segundo o qual a administração económica e científica deste recai sob uma Comissão específica com-

²¹ Academia das Ciências de Lisboa, 1780, pp. 3-4; Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 8; Academia das Ciências de Lisboa, 1840, p. 5; Academia das Ciências de Lisboa, 1852, p. 5; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 8; Decreto-lei nº 5/78, 1978.

²² Academia das Ciências de Lisboa, 1834, *op. cit.*, pp. 11, 16-17; *id.*, *op. cit.*, 1840, p. 14; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 17; *id.*, *op. cit.*, 1918, pp. 10, 24-25; Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura, *op. cit.*, p. 77.

²³ *Id.*, *op. cit.*, 1834, p. 12; *id.*, *op. cit.*, 1852, p. 29; *id.*, *op. cit.*, 1918, p. 10; ACL/AHA/Livro de Secretaria 4B.

posta pelo Secretário, Presidente da Classe de Ciências e pelo Diretor da Aula de Zoologia — responsáveis pelas despesas e incorporações do museu, a constar num relatório semestral. Neste contexto, o Museu da ACL, então conhecido como «Museu de Lisboa», sucessivamente alimentado pelo colecionismo académico, reunia além do seu próprio acervo, a coleção de Fr. José Mayne (1723-1792) e a coleção do Museu da Ajuda, cuja administração ficara a cargo da Academia. Ao Diretor da Aula de Zoologia competia-lhe a administração do Museu no que diz respeito à sua conservação, supervisão dos funcionários e respetivos vencimentos. Relativamente à administração económica deste serviço, deveriam ser conservados livros de receita e despesa e inventários, rubricados pelo Presidente da Classe de Ciências, bem como folhas mensais de despesa a cargo do Diretor; registo de donativos ao Museu na forma de livro. O Museu contava ainda com um escrivão na qualidade de funcionário subalterno, ao qual cabia: a escrituração do livro de contas, a elaboração de catálogos, a conservação de um livro de ponto e execução e processamento dos vencimentos. Perante as sucessivas incorporações, a incapacidade de a Academia administrar as coleções provenientes da Ajuda, pela falta de recursos humanos e financeiros, tornou-se evidente para os seus académicos que, desde 1854, colocaram a hipótese de reunir uma comissão destinada à sua transferência para a Escola Politécnica, o que se veio a efetivar quatro anos mais tarde na sequência do seu encerramento temporário, em 1855. Após sucessivos hiatos na sua direção, o Diretor do Museu passa a cargo académico, pela primeira vez, em 1918, conforme os *Estatutos*, recaindo a sua eleição nas assembleias conjuntas de classes, com vigência de cinco anos²⁴.

A Aula de História Natural, instituída no ano de 1792 pelo Fr. José Mayne (1723-1792) e sob direção da ACL, funcionava no Convento de Jesus já antes da instalação definitiva da Academia neste espaço. Décadas depois, a Aula de Zoologia criada em 1836, regulamentada em 1840 e em funcionamento até 1849, a cargo de um Diretor e um Inspetor, procurou dar continuidade ao legado pedagógico e científico de Mayne, corporizando em si, numa primeira fase, o próprio Instituto Maynense. Agregando em 1854 o Curso de Introdução à História Natural, o Instituto passa a assumir a nível nacional um lugar de destaque no ensino das ciências físicas e naturais até 1919, data em que foram extintos (Carvalho, 1996, pp. 511-521).

²⁴ Academia das Ciências de Lisboa, 1834, p. 12; Academia das Ciências de Lisboa, 1839, pp. 10-13; Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 10; Ministério do Reino, 1858, p. 271; Carvalho, 1996, pp. 497-511.

Finalmente, a Instituição Vacínica, pioneira no combate à varíola e na vigilância epidemiológica, na qual reside a génese do Conselho Superior de Saúde Pública do Reino, anexada por decreto em 1844, viria a ser regulamentada em 1812, cabendo-lhe a sua administração a um conjunto de “facultativos” de Medicina, sócios da ACL, sendo o cargo de diretor desempenhado individual e mensalmente (ACL, 1812, pp. 10-11).

Quadro 1: Proposta de Quadro de Classificação

Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa		Código de referência
F – Fundo	F/ Academia das Ciências de Lisboa	PT/ACL/ACL
SC – Secção	SC/ Conselho Administrativo	PT/ACL/ACL/A
SSC – Subsecção	SR/ Atas	PT/ACL/ACL/A/001
SR – Série	SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/A/002
SSR – Subsérie	SR/ Processos disciplinares	PT/ACL/ACL/A/003
	SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/A/004
	SC/ Presidência	PT/ACL/ACL/B
	SR/ Alvarás	PT/ACL/ACL/B/001
	SR/ Avisos	PT/ACL/ACL/B/002
	SR/ Contratos	PT/ACL/ACL/B/003
	SR/ Correspondência expedida	PT/ACL/ACL/B/004
	SR/ Correspondência recebida	PT/ACL/ACL/B/005
	SR/ Decretos	PT/ACL/ACL/B/006
	SR/ Diplomas	PT/ACL/ACL/B/007
	SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/B/008
	SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/B/009
	SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/B/010
	SR/ Relatórios	PT/ACL/ACL/B/011
	SC/ Secretaria	PT/ACL/ACL/C
	SR/ Arrendamentos	PT/ACL/ACL/C/001
	SR/ Avisos	PT/ACL/ACL/C/002
	SR/ Cadastros de sócios	PT/ACL/ACL/C/003
	SR/ Calendários das sessões	PT/ACL/ACL/C/004
	SR/ Candidaturas	PT/ACL/ACL/C/005
	SR/ Certidões de faltas	PT/ACL/ACL/C/006
	SR/ Contas com livreiros	PT/ACL/ACL/C/007
	SR/ Correspondência expedida	PT/ACL/ACL/C/008
	SR/ Correspondência recebida	PT/ACL/ACL/C/009
	SSR/ Correspondência entre corpos científicos	PT/ACL/ACL/C/009-1
	SR/ Folhas de vencimento dos funcionários	PT/ACL/ACL/C/010
	SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/C/011
	SR/ Livros de secretaria	PT/ACL/ACL/C/012

SSR/ "Livros de Secretaria A"	PT/ACL/ACL/C/012-1
SSR/ "Livros de Secretaria B"	PT/ACL/ACL/C/012-2
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/C/013
SR/ Minutas	PT/ACL/ACL/C/014
SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/C/015
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/C/016
SR/ "Processos de Académicos"	PT/ACL/ACL/C/017
SR/ Processos de leilões	PT/ACL/ACL/C/018
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/C/019
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/C/020
SR/ Requerimentos	PT/ACL/ACL/C/021
SR/ Requisições	PT/ACL/ACL/C/022
SC/ Guarda-mor	PT/ACL/ACL/D
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/D/001
SR/ Despesas patrimoniais	PT/ACL/ACL/D/002
SR/ Folhas das despesas do jardim botânico	PT/ACL/ACL/D/003
SR/ Folhas das despesas miúdas da academia	PT/ACL/ACL/D/004
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/D/005
SR/ Livros de despesas da tipografia	PT/ACL/ACL/D/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/D/007
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/D/008
SC/ Tesouraria	PT/ACL/ACL/E
SR/ Contas de livros vendidos pela academia	PT/ACL/ACL/E/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/E/002
SR/ Despesas dos estabelecimentos da academia	PT/ACL/ACL/E/003
SR/ Despesas patrimoniais	PT/ACL/ACL/E/004
SR/ Donativos	PT/ACL/ACL/E/005
SR/ Folha dos jetões que venceram os sócios da academia	PT/ACL/ACL/E/006
SR/ Folhas das despesas do jardim botânico	PT/ACL/ACL/E/007
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/E/008
SR/ Livros de contas	PT/ACL/ACL/E/009
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/E/010
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/E/011
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/E/013
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/E/13
SSR/ Recibos de vencimento	PT/ACL/ACL/E/13-1
SC/ Assembleias	PT/ACL/ACL/F
SSC/ Assembleias Gerais	PT/ACL/ACL/F-A
SR/ Atas	PT/ACL/ACL/F-A/001
SR/ Candidaturas a prémios	PT/ACL/ACL/F-A/002
SR/ Despachos	PT/ACL/ACL/F-A/003

SR/ Listas de distribuição para a leitura de memórias	PT/ACL/ACL/F-A/004
SR/ Programas para prêmios e concursos	PT/ACL/ACL/F-A/005
SSC/ Assembleias das Classes	PT/ACL/ACL/F-B
SR/ Atas das assembleias da classe de ciências	PT/ACL/ACL/F-B/001
SR/ Atas das assembleias da classe de letras	PT/ACL/ACL/F-B/002
SR/ Propostas de sócios das assembleias da Classe de Ciências	PT/ACL/ACL/F-B/003
SR/ Propostas de sócios das assembleias da Classe de Letras	PT/ACL/ACL/F-B/004
SC/ Classe de Ciências	PT/ACL/ACL/G
SR/ Apontamentos	PT/ACL/ACL/G/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/G/002
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/G/003
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/G/004
SSC/ Presidência da Classe de Ciências	PT/ACL/ACL/G-A
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/G-A/001
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/G-A/002
SR/ Submissão de “Memórias”	PT/ACL/ACL/G-A/003
SSC/ Secretaria da Classe de Ciências	PT/ACL/ACL/G-B
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/G-B/001
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/G-B/002
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/G-B/003
SC/ Classe de Letras	PT/ACL/ACL/H
SR/ Apontamentos	PT/ACL/ACL/H/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/H/002
SR/ Festas de santa isabel	PT/ACL/ACL/H/003
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/H/004
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/H/005
SSC/ Presidência da Classe de Letras	PT/ACL/ACL/H-A
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/H-A/001
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/H-A/002
SR/ Submissão de memórias	PT/ACL/ACL/H-A/003
SSC/ Secretaria da Classe de Letras	PT/ACL/ACL/H-B
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/H-B/001
SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/H-B/002
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/H-B/003
SC/ Comissões de estudo	PT/ACL/ACL/I
SR/ Apontamentos	PT/ACL/ACL/I/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/I/002
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/I/003
SR/ Verbetes	PT/ACL/ACL/I/004
SC/ Tipografia	PT/ACL/ACL/J

SR/ Catálogos-preçário	PT/ACL/ACL/J/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/J/002
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/J/003
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/J/004
SR/ Livros de despesas da tipografia	PT/ACL/ACL/J/005
SR/ Livro de receitas da tipografia	PT/ACL/ACL/J/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/J/007
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/J/008
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/J/009
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/J/010
SR/ Requisições	PT/ACL/ACL/J/011
SR/ Requisitos para impressão	PT/ACL/ACL/J/012
SR/ Subscrição de publicações	PT/ACL/ACL/J/013
SC/ Biblioteca	PT/ACL/ACL/K
SR/ Catálogos	PT/ACL/ACL/K/001
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/K/002
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/K/003
SR/ Doações	PT/ACL/ACL/K/003
SR/ Estatística da leitura	PT/ACL/ACL/K/004
SR/ Fichas bibliográficas	PT/ACL/ACL/K/005
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/K/006
SR/ Memorandos	PT/ACL/ACL/K/007
SR/ Permutas	PT/ACL/ACL/K/009
SC/ Museu	PT/ACL/ACL/L
SSC/ Direção	PT/ACL/ACL/L-A
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/L-A/001
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/L-A/002
SSC/ Comissão científica e económica do museu	PT/ACL/ACL/L-B
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/L-B/001
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/L-B/002
SR/ Folhas de receita e despesa	PT/ACL/ACL/L-B/003
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/L-B/004
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/L-B/005
SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/L-B/006
SR/ Regulamentos	PT/ACL/ACL/L-B/007
SC/ Instituto maynense	PT/ACL/ACL/M
SSC/ Aula de zoologia	PT/ACL/ACL/M-A
SR/ Cadastros	PT/ACL/ACL/M-A/001
SR/ Certidões de faltas	PT/ACL/ACL/M-A/002
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/M-A/003
SR/ Inscrições em exame	PT/ACL/ACL/M-A/004
SR/ Matrículas	PT/ACL/ACL/M-A/005
SR/ Pareceres	PT/ACL/ACL/M-A/006

SR/ Recibos	PT/ACL/ACL/M-A/007
SSC/ Curso de História Natural	PT/ACL/ACL/M-B
SR/ Correspondência	PT/ACL/ACL/M-B/001
SR/ Inventários	PT/ACL/ACL/M-B/002
SR/ Matrículas	PT/ACL/ACL/M-B/003
SC/ Instituição Vacínica	PT/ACL/ACL/N
SR/ Despesas	PT/ACL/ACL/N/001
SR/ Folhas de vencimento	PT/ACL/ACL/N/002
SR/ Ofícios	PT/ACL/ACL/N/003
SR/ Orçamentos	PT/ACL/ACL/N/004

Conclusões

O projeto de organização e tratamento arquivístico do Fundo da Academia das Ciências de Lisboa (AHACL) decorrido no âmbito do Projeto de Estágio, seguiu com base no estudo da história institucional e na prática de classificação sob uma perspectiva orgânico-funcional, no qual se refletissem hierarquicamente nas secções e séries documentais os percursos da informação, em conformidade com a estrutura interna da ACL. Uma vez definida a estratégia de tratamento e organização da documentação, incrementado um instrumento de classificação e iniciada a fase de descrição arquivística, a entropia que caracterizou o Fundo da ACL vai sendo, paulatinamente, revertida. A análise comparativa dos fundos de organizações congêneres estrangeiras permitiu reconhecer que subsistem lacunas nas suas classificações, sobretudo no que respeita à observação da orgânica e funcionalidade, paradigma que aqui se pretende contrariar.

Apresentado o contexto histórico e os principais momentos que tiveram ascendência no processo de formação do sistema de informação da ACL, analisaram-se os documentos normativos que enquadraram as atividades da instituição e que fundamentam a gradual complexidade da sua estrutura organizativa ao longo da cronologia. Ao elencarem-se as práticas de arquivamento pretéritas procurou-se evidenciar a importância da memória organizacional como parte e complemento essencial do estudo orgânico-funcional, revelando um constante e sistemático desvio da regulamentação e ignorando o contexto de produção da informação.

Assim, o presente estudo orgânico-funcional, acompanhado da proposta e fundamentação do quadro de classificação a aplicar ao Fundo da ACL, procura encetar uma nova fase de existência para o seu Arquivo Histórico, o que permitirá a breve trecho constituir-se como ponto de par-

tida para novas investigações em torno da instituição, dos seus membros e avanços que acompanharam o estado científico e cultural do país ao longo de mais de dois séculos.

Fontes e bibliografia

- Academia Brasileira de Letras. (2003). *Arquivo dos Acadêmicos: Guia geral*. Academia Brasileira de Letras.
- Academia Brasileira de Letras. (2003). *Base de Dados do Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. <http://servbib.academia.org.br:8084/arquivo/index.html>
- Academia das Ciências de Lisboa. (1780). *Plano de estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias de Lisboa*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1812). *Collecção de Opusculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia*. Tomo I. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1834). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Aprovados por sua Magestade Fidelíssima em 15 de Outubro de 1834*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1840). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1852). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Imprensa Nacional.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1888). *Breve noticia da typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa em Julho de 1888*. Tip. da Academia Real.
- Academia das Ciências de Lisboa. (1918). *Estatutos da Academia das Sciencias de Lisboa*. Imp. Nacional.
- Alves, I. et al. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro; Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e documentação.
- American Philosophical Society Archives. (s.d.). <https://search.amphilsoc.org/collections/view?docId=ead/APS.Archives-ead.xml#top>
- Barros, T. H. B., & Moraes, J. B. E. de. (2013). Da classificação biológica à classificação digital: perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*, 23(46), 58-84.
- Bertalanffy, L. von. (1968). *General System Theory: Foundations, Developments, Applications*. George Braziller.
- Bourdieu, P. (1997). *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Éditions Quæ.
- Cardoso, J. L. (2013). Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1820). In S. C. Matos (Coord.), *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm
- Carvalho, R. de. (1996). *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*. Universidade de Évora.

- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à Teoria Geral da Administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. Elsevier.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Decreto-lei n.º 5/78 da Presidência do Conselho de Ministros; Secretaria de Estado da Cultura. (1978). *Diário da República: I série*, n.º 10, 75-81. <https://dre.tretas.org/dre/44941/decreto-lei-5-78-de-12-de-janeiro#anexos>
- Decreto-lei n.º 18/202 da Presidência do Conselho de Ministros. (2022). *Diário da República: I série*, n.º 13, 2-23. <https://dre.tretas.org/dre/4778631/decreto-lei-18-2022-de-19-de-janeiro>
- Decreto-lei nº 35090 do Ministério da Educação Nacional; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1945). *Diário do Governo: I série*, n.º 241, 884-885. <https://dre.tretas.org/dre/228900/decreto-lei-35090-de-31-de-outubro>
- Flórez Porras, J. D. (2011). *Guía metodológica de investigación de historia institucional. Modelo de orientación general para la elaboración de historias institucionales*. Universidad del Rosario.
- Forjaz, A. P. (1958). A Casa de Bragança e a Presidência da Academia: 1770-1910. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, (30).
- Fundação para a Ciência e Tecnologia; Arquivo de Ciência e Tecnologia. (2018). *Glossário de termos arquivísticos*. Arquivo de Ciência e Tecnologia; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2018/09/Glossário-ACT-Outubro2018.pdf>
- Kaushik, V., & Walsh, C. A. (2019). Pragmatism as a Research Paradigm and Its Implications for Social Work Research. *Social Sciences*, 8(9), 255. <https://doi.org/10.3390/socsci8090255>
- Meehan, J. (2014). Arrangement and description: between theory and practice. In C. Brown (Ed.), *Archives and Recordkeeping: Theory into practice* (pp. 63-99). Facet Publishing.
- Ministério do Reino. (1858). *Diário do Governo*, nº 63, 361. <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=3&tipo=a-diario&res=>
- Morato, F. M. T. A. (1822). *Colecção Sistemática das Leis e estatutos porque se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento ao até ao tempo presente*. Typographia da Academia.
- Real Academia Española. (2015). *Archivo de la Academia Real Española*. <http://archivo.rae.es>
- Ribeiro, F. (1998). A Classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posteriori? *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, 2, 119-126.
- Ribeiro, F. (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ribeiro, F. (2005). *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?* [Apresentação em conferência]. ENCONTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1.º, Vila do Conde. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>
- Ribeiro, F. (2013). *O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação* [Ata]. Atas Informação e/ou

- Conhecimento: As Duas Faces de Jano, I Congresso ISKO Espanha e Portugal, XI Congreso ISKO España, Porto. <https://hdl.handle.net/10216/69659>
- Sabourin, P. (2001). Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System. *Archivaria*, 51, 137-155.
- Silva, A. M. D. da, Borges, L. C., Freitas, C., & Vivas, D. (2019). *A classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais* [Apresentação em conferência]. IX Seminário de Saberes Arquivísticos Internacional, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Vol. I*. Edições Afrontamento.
- Silva, J. A. (2013). *Teodoro de Almeida: Oração e memórias na Academia das Ciências de Lisboa*. Porto Editora.
- Silva, J. A. (2019). *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): Ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Edições Colibri.
- Tognoli, N. B., & Rodrigues, A. C. (2018). An Analysis of the theoretical and practical application of Diplomatics to archival description in Knowledge Organization. In F. Ribeiro, & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto* (pp. 43-52). Ergon Verlag.
- Troitino, S. (2018). Different parameters for Knowledge Organization in archives. In F. Ribeiro, & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018 Porto* (pp. 160-167). Ergon Verlag.

